

O preço do combustível e o etanol de milho

» NATHÁLIA PEREIRA DIAS

Engenheira química, mestre em engenharia da nanotecnologia, pós-graduanda em Gás Natural e Biocombustíveis (Inep)

» JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Economista, professor titular aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ex-presidente da Petrobras e pesquisador do Inep

O Brasil possui um gigantesco potencial na produção de biocombustíveis. Todavia, a expansão dessa fonte na matriz energética está condicionada a uma série de fatores. Destaca-se o fato de a atual política de preços para os combustíveis fósseis gerar incertezas de longo prazo, principalmente para o etanol. Além disso, a adoção de estratégias para impulsionar a indústria de biocombustíveis, particularmente do etanol, se mostra cada vez mais necessária.

O atual governo, preocupado apenas com sua reeleição, tem forçado a redução de preços da gasolina para elevar sua popularidade. Essa política, sem uma contrapartida para o segmento de etanol, provoca uma grande incógnita para o futuro desse combustível no Brasil. Na primeira semana de outubro, por exemplo, os produtores de etanol já foram obrigados a elevar em 0,89% o preço médio do etanol hidratado para sustentar a rentabilidade do setor.

O mercado de biocombustíveis, principalmente do etanol, coloca o Brasil em destaque no ranking dos países que mais consomem combustível limpo no mundo. O etanol é obtido, principalmente, da cana-de-açúcar e biodiesel do processamento da soja, mas também do milho.

No último ano, mesmo com os impactos negativos na produção do etanol, a partir da cana-de-açúcar, aquela advinda do milho segue, ao contrário, tendência de crescimento expressivo. O preço do grão está tão atrativo aos produtores que os investimentos têm se intensificado nesse segmento. Tanto que, a expectativa do Conab (2022) é de que a produção do combustível limpo a partir do processamento do cereal seja elevada em até 30,3% nesta safra, devido à forte entrada das usinas localizadas em Mato Grosso do Sul no mercado de etanol.

Para a safra de 2022/2023, o país já conta com 17,2 milhões de hectares de área para cultivo do milho, garantindo o

fornecimento da principal matéria-prima usada no processo de obtenção do etanol atualmente, além de haver grande potencial de expansão, uma vez que a área utilizada para o plantio de soja também pode receber o cereal. Há indícios de que a oferta de milho está garantida até 2024.

Entretanto, ainda que a produção esteja avançando, o etanol vem enfrentando dificuldades em termos de comercialização, uma vez que as questões tributárias, por conta das mudanças promovidas pelo atual governo, provocaram a perda da competitividade do biocombustível frente aos demais até, pelo menos, o fim de 2022. O preço do etanol, para ser competitivo, necessita custar 70% do preço da gasolina, tornando-o uma fonte energética tomadora de preço e não formadora como no caso do fóssil.

Com a política de cortes forçados nos preços da gasolina, a partir da redução dos tributos federais e estaduais, os produtores estão em alerta com receio de ter sua rentabilidade afetada no longo prazo. A expectativa do setor é que, como essas medidas têm data para terminar, eles possam voltar a ter

uma folga para reajustar o valor do etanol. Todavia, enquanto a questão do preço dos combustíveis fósseis não tiver uma estabilidade, esse problema continuará afetando os produtores de etanol.

Há saídas para contornar o cenário atual: estimular a produção de etanol proveniente do milho, visto o alto potencial do segmento em impulsionar o mercado de biocombustíveis; promover a equalização tributária etanol-gasolina, a fim de reduzir às disparidades e melhorar a competitividade do combustível limpo junto ao mercado consumidor; propor um modelo de venda da cana do tipo flex para conduzir melhor o mercado, caracterizado pela venda da cana via acoplagem e/ou agregação de planta de milho, viabilizando o retorno da produtividade da cana-de-açúcar para equilibrar a oferta; e retomar o programa RenovaBio que tem oportunidades efetivas para suportar as discussões sobre o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética brasileira. Mas, pelo que temos visto, essa não parece ser a prioridade do atual governo.



G O M E Z

Brasil precisa rever as avaliações de aprendizagem

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Ilede)

Desde a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) — o principal indicador de qualidade da educação básica brasileira — em 2007, passamos a acompanhar avanços nos resultados dos anos iniciais do Ensino Fundamental maiores do que os vistos nos anos finais e no ensino médio. Havia a expectativa, especialmente após 2009, de que essa melhora levaria a indicadores mais altos nas etapas seguintes. Pensávamos que, se os alunos chegavam ao 6º ano mais bem preparados, eles iriam concluir o ensino fundamental e o ensino médio também com níveis melhores de aprendizagem.

Isso, infelizmente, não aconteceu. Ocorreram alguns avanços modestos nos anos finais e no ensino médio, mas nada próximo ao apresentado no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Ideb dos anos iniciais. Lembramos que, junto às taxas de aprovação dos estudantes, as médias do Saeb em língua portuguesa e matemática servem para compor a nota do Ideb.

Análises comparando os resultados do Saeb e do Pisa (Programme for International Student Assessment), avaliação internacional de estudantes, mostram que um resultado bom no Saeb do 5º ano não é um grande preditor de bom desempenho no Pisa. Em 2017, a Fundação Cesgranrio, em iniciativa da Fundação Lemann com a OCDE, aplicou o Pisa Para Escolas em escolas públicas que se destacavam no Saeb. O que vimos é que a maioria delas, embora estivesse acima da média do Brasil, não teve resultados

expressivos como se poderia esperar.

O que parece é que o Saeb censitário para escolas públicas e o Ideb trouxeram um incentivo para que redes de ensino e escolas olhassem mais para as habilidades que são cobradas na avaliação. Isso é bom por dar visibilidade a habilidades e competências que devem ser trabalhadas em sala de aula, mas também pode ter efeitos negativos se houver um foco excessivo no Saeb. Outro ponto é: se a exigência da avaliação não for alta, é possível que os alunos obtenham um bom resultado sem que isso represente um grande nível de aprendizagem.

Agora, com a divulgação do Saeb 2021, temos mais indicações de que o Saeb do 5º ano é pouco exigente. Mesmo após todos os desafios impostos pela pandemia, ainda vemos alunos de várias escolas públicas do país gabaritando ou quase gabaritando a avaliação, com resultados muito altos. E, o mais impactante, é que os índices da rede privada quase não mudaram: em matemática, passaram de 253, em 2019, para 250, em 2021; enquanto em língua portuguesa, a variação foi de 241 para 240. É preciso destacar: em nenhuma avaliação de proficiência todos os alunos de uma localidade deveriam acertar todas (ou quase todas) as questões. Se olharmos para o desempenho dos melhores países no Pisa, como Cingapura, Estônia ou Finlândia, isso não acontece. Uma boa avaliação precisa ter itens difíceis para a identificação de alunos com um alto nível de desenvolvimento.

Mas, afinal, qual a implicação de um

Saeb que parece pouco exigente? O principal é que a avaliação não traz o norte de qualidade que deveria dar ao sistema educacional brasileiro. O Saeb trouxe uma grande contribuição para a melhoria da nossa educação, orientando o avanço de muitas redes de ensino do país. No entanto, 25 anos após sua primeira edição nos moldes atuais, precisa de revisões, incluindo a incorporação de itens mais complexos e a inclusão de questões abertas (não apenas de múltipla-escolha, como é hoje).

Além disso, precisamos compreender melhor as razões dessa pouca relação entre os resultados do Saeb e do Pisa. No final de 2021, o Brasil participou, pela primeira vez, de uma avaliação internacional de linguagens para o quarto ano do Ensino Fundamental, o Pirls (Progress in International Reading Literacy Study), promovido pela OCDE. Os resultados serão divulgados ainda neste ano e será uma ótima oportunidade de comparar o desempenho dos alunos em língua portuguesa no Saeb com os resultados do Pirls.

É essencial termos avaliações que, de fato, mostrem se o nível de aprendizagem dos estudantes no país é bom, inclusive para termos políticas educacionais em consonância com a realidade e que ajudem no enfrentamento das desigualdades existentes. Afinal, todos as crianças e jovens, independentemente de sua origem, cor, raça, gênero ou quaisquer outras características ou condições, merecem um bom nível de aprendizado.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Pós-verdade e humanismo

Num futuro, não muito distante, quando a poeira do pandemônio das eleições se assentar, alguns filósofos, historiadores e sociólogos terão em mãos farto material para o desenvolvimento de trabalhos teóricos abordando a chamada “pós-verdade”, não apenas referente ao pleito de 2022, mas em torno de todo o modelo de governança política do Brasil contemporâneo.

De fato, a pós-verdade, mais do que um simples neologismo, retrata o fenômeno atual no qual a opinião pública passa a ter seus critérios subjetivos de avaliação da realidade, modificados por ação de diversos meios e mídias, que passam a insistir na tese de que os fatos objetivos, aqueles que estão estampados na cara de todo mundo, têm valores e influências bem inferiores aos apelos às emoções e às crenças pessoais.

É como se alguém insistisse: esqueça os fatos e centre-se nos apelos emocionais e nas crenças, pois aquilo que aparenta ser a verdade é bem mais importante e valioso do que a própria verdade. Como exemplo temos que a propaganda política e mesmo os debates que, envergonhadamente assistimos, são construídos a partir desse fenômeno denominado política pós-factual.

Nesse ramo, em que a verdade e os fatos passam a ter uma importância secundária e quase insignificante, estão, ao lado dos políticos, a mídia jornalística, os institutos de pesquisa de opinião, os marqueteiros e outros atores, todos eles empenhados em num processo de dar um novo ou falso verniz aos fatos, colorindo ou tornando-os cinzentos e opacos.

As consequências desse processo perverso e contínuo são imensas para a sociedade, não só no Brasil, onde esse fenômeno parece ter atingido os píncaros do exagero, mas em todo o mundo moderno. A exemplificar esse fenômeno temos a história infantil *A roupa nova do rei*, do dinamarquês Hans Christian Andersen, publicado em 1837. Fosse transladada para nosso tempo e momento, teríamos uma cena em que um dos candidatos à Presidência, diante das câmeras, completamente nu, ou sem as vestimentas da ética, quisesse convencer aos contribuintes e eleitores que é o mais impoluto de todos. Teoria amalucada que seria, então, reforçada pelos mais empenhados apresentadores e comentaristas.

Com o título de “Pós-verdade e as Eleições no Brasil”, qualquer pesquisador sério poderá preencher tomos e mais tomos, retratando essa meia realidade que parece ter tomado conta do Brasil da relatividade. Em nosso país atual a verdade foi assassinada bárbara e misteriosamente. As investigações policiais, conduzidas pelos métodos que já conhecemos, chegam à conclusão de que foi um suicídio comum. Para o público os fomentadores da pós-verdade passam a difundir a ideia de que o importante não foi o crime em si, mas o sentimento de insegurança que despertou em todos e o medo trazido pelo problema da violência em nosso país.

Em nosso caso particular, as discussões e debates políticos, de baixo nível, com acusações e xingamentos mútuos, seguidos dos comentários dos analistas políticos, formam um conjunto coeso que aponta para os conceitos da Pós-verdade, em que os fatos, ou a situação e os meios para enfrentar os problemas nacionais, ficam em segundo plano e parecem não possuir importância.

Pós-verdade pode ser ainda a possibilidade do registro pelo TSE, de candidatura à presidência da República a um personagem impossibilitado legalmente, ou à revelia da lei, de apresentar a documentação completa e básica, como as certidões negativas que provam sua condição de elegibilidade e sua ficha limpa perante a Justiça.

Dentro de um conceito dessa natureza, tudo torna-se possível, inclusive a tentativa de apagar o passado, acusando os fatos pretéritos de fake news, num movimento atroz de esmagamento do factualismo. Ao construir biografias com versões repaginadas e maquiadas, o que os fomentadores da pós-verdade almejam é a modelação de um mundo de ficção, em que o indivíduo passa de objeto concreto a virtual, e a equiparação do cérebro do homem à uma inteligência artificial, moldável e programável, despida de humanidade e todo e qualquer humanismo.

» A frase que foi pronunciada

“A diferença mais marcante entre os sofistas antigos e modernos é que os antigos se contentavam com uma vitória passageira do argumento em detrimento da verdade, enquanto os modernos querem uma vitória mais duradoura em detrimento da realidade. Em outras palavras, um destruiu a dignidade do pensamento humano enquanto os outros destroem a dignidade da ação humana. Os antigos manipuladores da lógica eram a preocupação do filósofo, enquanto os modernos manipuladores dos fatos se interpunham no caminho do historiador. Pois a própria história é destruída, e sua compreensibilidade — baseada no fato de que é encenada pelos homens e, portanto, pode ser compreendida pelos homens — está em perigo, sempre que os fatos não são mais considerados parte integrante do mundo passado e presente, e são usados indevidamente para provar esta ou aquela opinião”.

Hannah Arendt, filósofa em *As Origens do Totalitarismo*

» História de Brasília

Depois de um desentendimento com o dr. José Lafaete, o DNER construirá, agora, a estrada e o campo de pouso da fazenda do presidente João Goulart em Uruaçu. (Publicada em 11/3/1962)